

RESENHA!

Uma história do jogo do bicho

POR DIEGO GALEANO
dgaleano@puc-rio.br

O livro *Leis da sorte*, da historiadora Amy Chazkel, é uma genealogia e uma arqueologia fundamentais do jogo do bicho no Brasil. A autora traz à tona uma série de questões centrais para compreender a conturbada história da vida pública no Rio de Janeiro. Questões, aliás, de uma notável atualidade: a relação entre os projetos urbanísticos e a especulação imobiliária; a tensão entre os grandes negócios e a economia informal na cidade; a intervenção da polícia nas formas de existência e de sobrevivência das classes populares, e a ilegalidade rotineira da ação policial.

As páginas iniciais do livro, sobre as “origens do jogo do bicho”, seguem a história de como esse jogo saiu dos muros do zoológico, escapando das mãos do seu progenitor, o Barão de Drummond, e invadindo a cidade do Rio de Janeiro. Esse começo permite ao leitor pensar a complexa interação entre o empreendedorismo privado – atrelado às transformações urbanas da Belle Époque carioca – e as políticas do governo municipal, abordando o complexo dilema entre a proibição e a regulamentação de atividades frequentes e visíveis na vida pública urbana (tensão presente tanto no jogo clandestino como na prostituição).

O livro continua com uma análise das “regras do jogo”, ou seja, dos códigos explícitos e implícitos que regulavam sua existência nos espaços da cidade. Regras que se constroem nos encontros e disputas entre a codificação penal, o funcionamento concreto da justiça criminal e a ação co-

SERVIÇO



Título: Leis da sorte — O jogo do bicho e a construção da vida pública urbana

Autora: Amy Chazkel

Editora da Unicamp

Páginas: 360

Área de interesse: História

Preço: R\$ 86,00

www.editoraunicamp.com.br

tidiana da polícia. A partir de 1895, explica a autora, a polícia prendia pessoas envolvidas com o jogo do bicho. Muitos eram detidos, alguns tinham dinheiro para pagar fianças, outros permaneciam algum tempo na Casa de Detenção, mas quase nenhum era efetivamente condenado pelos juízes. Essa evidência empírica é certamente resultado de um trabalho muito sério, que coteja os volumes encadernados dos Registros de Sentenças Criminais do Arquivo Nacional e os livros manuscritos de entradas na Casa de Detenção do Arquivo Público do Estado.

Talvez o mais interessante desse capítulo não seja tal evidência em si, mas a forma com que a autora a interpreta. Fugindo da ideia de que a lei “fracassava”, Chazkel explica a maneira pela qual a lei era praticada e a ilegalidade ambivalente do jogo do bicho. E a lei não era praticada só pelos juízes: seus usos estratégicos se estendiam desde os policiais até os comerciantes, bicheiros e banqueiros. Os policiais usavam a criminalização do jogo para pedir dinheiro aos bicheiros em troca de proteção e estes podiam também usá-la para punir um intermediário que não cumprisse com suas obrigações. Assim, a lei que punia o jogo do bicho tinha efeitos e usos estratégicos que iam muito além do suposto “fracasso” na sua aplicação.

Leis da sorte tem ainda muito a dizer sobre questões fundamentais da vida pública urbana do Rio de Janeiro e avança na direção de uma história do pequeno comércio popular e do mercado informal. A notável capilarização do jogo do bicho acompanha a própria onipresença do mundo do comércio varejista. A conexão entre o jogo do bicho e o comércio de rua era de uma intimidade absoluta. As inquietações morais com o jogo do bicho não surgiram porque ele fosse um tipo de

jogo, mas porque era uma modalidade de comércio. A primeira campanha geral contra o jogo do bicho (1913) refletia a própria geografia moral do comércio no Rio de Janeiro: a grande presença, por exemplo, de imigrantes portugueses entre as detenções policiais revela que a perseguição seletiva espelhava conflitos sociais existentes, como a hostilização do comerciante português.

Especulação imobiliária, grandes empreendimentos urbanos e pequeno comércio varejista; vendedores ambulantes, policiais perseguindo práticas das classes populares e construindo redes de ilegalidade: todos, temas de enorme relevância histórica e atual. Além de ser um grande aporte para a história das práticas ilegais, da polícia e da justiça criminal no Brasil, o livro de Amy Chazkel sugere outra forma de pensar a monetarização da vida social e econômica na Primeira República, na qual o dinheiro já não era apenas um demolidor de vínculos e significados sociais, como para a sociologia clássica. A autora propõe compreender um paradoxo: a monetarização da vida carioca, longe de padronizar o comércio e a economia, inventou novas formas de improvisação, como o jogo do bicho. O dinheiro e, em particular, a circulação de valores em forma de papel, em vez de fazerem a vida do povo mais enfadonha, “deram às pessoas algo com que brincar”.

Diego Galeano é professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Formado em sociologia na Universidad Nacional de La Plata, Argentina (2004), é doutor em história social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012).

Urbanização de favela é analisada

SILVIO ANUNCIÇÃO
silviojp@reitoria.unicamp.br

A cientista social Maria Encarnación Moya Recio, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp, analisou, em seu estudo de pós-doutorado, como os moradores da favela paulistana Vila Nova Jaguaré têm interagido com o processo de urbanização em curso desde 2006 na ocupação. A sua pesquisa buscou compreender, sob a perspectiva das famílias, a importância da casa na favela, bem como o impacto de melhorias que só mais recentemente foram promovidas pelo poder público, como asfalto e esgoto.

“Esta urbanização da favela vem conformando, ao mesmo tempo, um campo de oportunidades e constrangimentos. Com este processo de urbanização a casa ganha ‘mais valor’, tanto material, quanto simbólico. Isso também pode viabilizar a saída de uma situação de extrema precariedade habitacional. Mas, por outro lado, este processo pode impor novos custos associados à ‘formalização’ da moradia, como contas e parcelas a pagar. Isso pode ainda incentivar a ‘venda da chave’ nas situações de maior vulnerabilidade socioeconômica”, considera.

Encarnación Moya explica que o objetivo do estudo foi examinar de que maneira a urbanização da maior favela da cidade de São Paulo em área contínua (150 mil m²) tem impactado as condições, modos de vida, projetos familiares e individuais dos habitantes do local. Ela informa que o processo de regularização fundiária na Vila Nova Jaguaré, ainda em curso, deve conceder aos moradores um título de posse por 99 anos. Na pesquisa, a cientista social utilizou uma abordagem biográfica, baseada em entrevistas em profundidade com membros de 11 domicílios, além da observação direta.

“Os moradores ainda se perguntam se todo esse processo quer dizer ‘casa própria’ ou ‘não’. Até o momento da urbanização, muitos entrevistados consideravam que tinham melhorado de vida, tanto do ponto de vista das melhorias que realizaram em suas casas, como do ponto de vista socioeconômico. Os que não experimentaram isso - eles nunca saíram da condição do barraco - haviam pensado na possibilidade de voltar para a terra natal. Mas sendo moradores mais antigos, acabaram recebendo a verba do aluguel social repassada pela prefeitura e aguardaram a mudança para os conjuntos habitacionais.”

Ainda conforme Encarnación Moya, o processo de urbanização, com a construção dos conjuntos habitacionais na área da favela e arredores, tem impacto no que ela denomina de trajetórias habitacionais. A estudiosa explica que, dentro da favela, hoje oficialmente chamada de “núcleo urbanizado”, as trajetórias habitacionais possuem o sentido das mudanças que a casa e as condições de moradia vão assumindo ao longo do tempo. São trajetórias ligadas às estratégias de sobrevivência e melhoria de vida.



Aspectos da favela Vila Nova Jaguaré, a maior em área contínua de São Paulo



Maria Encarnación Moya Recio, autora da pesquisa: “Trajetórias habitacionais relacionam-se às necessidades que vão surgindo no seio do próprio grupo doméstico”

“Trajetórias habitacionais relacionam-se às necessidades que vão surgindo no seio do próprio grupo doméstico. Os filhos crescem, constrói-se mais um cômodo, a laje dá lugar a um sobrado, e assim vai. Mas essas trajetórias não são lineares: houve famílias que sequer saíram da condição de barraco até o momento do processo de urbanização. Nesses casos em parte influiu o fato de que ocupavam uma área extremamente precária sobre um córrego. Mas, além disso, a própria trajetória do grupo doméstico - separações, novas uniões, idas e voltas da terra natal em fases de desemprego ou pela vontade de estar perto dos familiares -, tudo isso influi no que é feito com a casa”, analisa.

NOVA JAGUARÉ

A Vila Nova Jaguaré, mais conhecida atualmente como Nova Jaguaré, situa-se no distrito do Jaguaré, pertencente à subprefeitura da Lapa, no centro expandido de São Paulo. Conforme dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a comunidade contava com 8.650 habitantes em 2010. Está localizada numa região crescentemente valorizada da cidade, de acordo com a pesquisadora da Unicamp.

“Às margens do Rio Pinheiros, próxima à Universidade de São Paulo e fazendo limite com os bairros Alto de Pinheiros, Vila Leopoldina, Butantã e Rio Pequeno, a favela teve sua ocupação iniciada nos anos de 1960. Houve um adensamento no ritmo da intensa industrialização e rápida urbanização dos anos de 1960 e 1970, com a chegada de migrantes, em sua maioria do Nordeste do país, em busca de chances de vida”, acrescenta.

A Vila Nova Jaguaré sofreu outro adensamento intenso durante a crise dos anos de 1980 e a fase de reestruturação produtiva de 1990. Este crescimento foi reflexo do empobrecimento da população e da tentativa de fuga do aluguel, mas também da ausência de políticas públicas para a população de baixa renda, aponta a estudiosa da Unicamp, que recebeu bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Publicação

Pós-doutorado: “Trajetórias habitacionais e desigualdades na pobreza: interações entre as trajetórias da ‘Nova Jaguaré’ e o programa de urbanização de favelas na cidade de São Paulo”

Autora: Maria Encarnación Moya Recio

Unidade: Núcleo de Estudos de População (Nepo)

Financiamento: Fapesp